

ESCOLA INCLUSIVA: UM OLHAR ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Maria Juderlândia Galdino Alves Lima¹

Iure Coutre Gurgel²

Universidade do Estado do Rio Grande do norte-UERN

E-mail: juderlandia.alves@hotmail.com

Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, curso de Pedagogia do Campus

Avançado de Patu.

E-mail: yurecoutre@yahoo.com.br

O processo educativo lecionado na sala regular de forma inclusiva, que atenda às necessidades de aprendizagem de uma classe heterogênea, caracteriza-se como uma nova modalidade de educação que ainda exige um trabalho mais qualificado. Em vista disso, o presente estudo tem como principal temática, a Educação Inclusiva, com ênfase na educação do educando com deficiência intelectual (DI), incluso na rede regular de ensino no município de Marcelino Vieira/RN. Como objetivo, o referido trabalho visa refletir como o educador tem desenvolvido sua prática pedagógica para a garantia da inclusão de um educando com deficiência intelectual. Para validar a temática, nos embasaremos aos pensamentos de autores como: Carvalho (2008), Mantoan (1989), Coll; Marrchesi; Palacios (2004), dentre outros. A metodologia utilizada é de caráter qualitativa, uma vez que responde as questões de forma particularizadas, se atenta às ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Utilizamos como cunho metodológico, um questionário com um professor, onde avaliamos os dados coletados. Os resultados evidenciam que apesar de se esforçarem para lidar com uma concepção de educação inclusiva, falta muito para se implantar a inclusão no ensino regular. Uma vez que, há ausência de capacitação do professor para que possa proporcionar uma prática inclusiva que atenda às necessidades de aprendizagem do discente com deficiência.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Prática Pedagógica, Deficiência Intelectual.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A inclusão na sala regular de ensino resume-se em uma nova modalidade de educação que ainda procede por uma instrução mais qualificada. Para que se almeje uma educação inclusiva é necessário romper com vários fatores que causam a desqualificação desse ensino. Apesar de muitos avanços no sistema educacional, crianças caracterizadas como especiais, inclusive com deficiência intelectual, ainda são excluídas do sistema de educação e da prática pedagógica.

Sob esse contexto, cabe à escola proporcionar uma organização que atenda aos educandos com necessidades educacionais especiais condições necessárias para uma educação de qualidade. Dessa forma, esse tema delibera pela necessidade de proporcionar novas informações sobre deficiência intelectual e a prática inclusiva com este educando. Dito isso, este trabalho objetiva refletir como o educador tem desenvolvido sua prática pedagógica para a garantia da inclusão de um educando com deficiência intelectual.

Este estudo apresenta um recorte metodológico oriundo de um estudo de campo procedente de uma instituição pública no município de Marcelino Vieira - RN, no qual delineia-se uma pesquisa de cunho bibliográfico e qualitativa referente a prática docente inclusiva com aluno que apresenta DI, com os dados extraídos do sujeito (professor) que em seu cotidiano vivencia as dificuldades e desafios para cumprimento de sua docência.

É visível que não basta só matricular esses alunos na escola para caracterizá-lo como inclusos, é preciso tratá-lo de forma igual, respeitando suas limitações, entendendo que as mesmas são capazes de realizar atividades, desde que estejam de acordo com as suas habilidades e responda às necessidades de aprendizagem.

1- DESAFIOS DOCENTES ENFRENTADOS PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM DI

A inclusão no ensino regular de alunos com deficiência intelectual, ainda se apresenta como um grande desafio para o educador. Visto que o ensino significativo para o público diagnosticado com DI deve ser mediado conforme as necessidades e indagações do educando. Nessa perspectiva, a função do professor contemporâneo não pode ser vista como um depósito de conhecimentos, mas como um processo criativo de possibilidades por meio de um planejamento favorável à ampliação e formalização das

informações respeitando as limitações de cada aprendiz. Sobre essa questão Carvalho (2007, p. 103) sustenta:

Inúmeros e complexos são os desafios à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Por inclusão estou me referindo ao acesso, ingresso e permanência desses alunos em nossas escolas como aprendizes de sucesso e não como números de matrícula ou como mais um na sala de aula do ensino regular.

Com base nas palavras de Carvalho, vemos que a inclusão de alunos com deficiência intelectual na sala regular de ensino não se refere apenas em matricular, mas é necessário que o educando seja atendido conforme suas habilidades e necessidades de aprendizagem. Isso implica ao acesso, ingresso e permanência do ser com necessidade especial no ambiente educacional.

A construção de um ensino inclusivo, ainda em evolução, tem como ponto crucial um planejamento flexível que atenda classes heterogêneas, contudo, ainda encontra ausente em muitas instituições de ensino, pelo fato dos professores alegarem a inexistência de tempo, devido o acúmulo de tarefas propostas diariamente e uma formação não direcionada a capacitação na modalidade inclusiva.

Além do aprimoramento na formação inicial e continuada de nossos educadores, há necessidades de criarmos espaços dialógicos na escola, para que dúvidas, medos e a ressignificação da prática pedagógica possam ser examinados em equipe, como rotina de trabalho. Parece que a apropriação de informações, as trocas de ideias, a verbalização dos sentimentos, sem culpas, constitui “caminhos” para mudanças de atitudes. (CARVALHO, 2007, p.79)

Cabe salientar que para proporcionarmos um ambiente educacional inclusivo é relevante a formação inicial e continuada dos professores, bem como, reuniões institucionais a respeito dos confrontos de aprendizagem, em muitos casos, deparados por aluno com alteração intelectual.

Uma formação ou capacitação qualificada na perspectiva inclusiva, proporciona ao professor uma visão inclusiva de maneira mais abrangente e uma metodologia centrada nas especificidades das diferenças que carecem estarem presentes diariamente em sala de aula para atender aos alunos com necessidade educacional especial.

A assimilação de informações no espaço regular de ensino necessita de um planejamento heterogêneo, uma vez que, a ausência de um plano flexível que atenda todo público, ocasiona uma assimilação de conhecimento de forma

negativa, principalmente, para os aprendizes que necessitam de uma educação especializada com mais integração e socialização. O aluno com deficiência cognitiva, muitas vezes, é excluído da prática pedagógica e das atividades da sala regular.

Quando um aluno não tem claro o que é preciso fazer e não consegue entender as explicações do professor, dificilmente tentará enfrentar as tarefas. Às vezes, o problema está em que as demandas da tarefa estão muito acima das possibilidades do aluno. (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p.133)

Como ressaltam os autores, o educando com deficiência intelectual, muitas vezes, não consegue resolver as problemáticas das tarefas lecionadas em sala regular, pelo fato da inexistência de um planejamento que atenda a uma classe heterogênea, uma vez que as tarefas encontram-se inacessíveis às suas possibilidades. Diante das muitas dificuldades em trabalhar com aluno diagnosticado com DI, carece o educador procurar entender as diferenças e detectar as necessidades de aprendizagem. Segundo destaca Mantoan (1989, p. 161):

Ao considerar o deficiente mental a partir do que ele é capaz de ser, de fazer, de enfrentar, de assumir como pessoa, revelam-se a todos nós e a ele próprias possibilidades que se escondiam, que não lhe eram creditadas, por falta de oportunidades de emergirem espontaneamente. É preciso, a um só tempo, reconhecer a especialidade e a generalidade de cada aluno e, nesse sentido, a educação tem muito ainda a realizar. Ocorre que os professores, ao trabalharem com alunos deficientes, prendem-se unicamente ao que é próprio de sua condição; aqueles que se dedicam ao ensino de alunos normais ficam restritos ao que é característico da maioria, sem levar em conta que cada aluno é um indivíduo, com suas particularidades de desenvolvimento.

É relevante que o docente conduza como ponto de partida a capacidade e habilidade de cada educando, não estabelecer o desenvolvimento cognitivo apoiando na deficiência, uma vez que a pessoa com DI chega a alcançar um nível de aprendizagem bem significativo, isso depende dos estímulos recebidos do meio envolvido.

A forma de apreender conhecimentos mais pausados não inferioriza o deficiente cognitivo como ser humano. Nessa perspectiva, a proposta das Diretrizes para a Formação de Professores para Educação Básica estabelece as exigências para o desempenho do papel docente frente às novas concepções de educação no mundo contemporâneo:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos;
assumir e saber lidar com a diversidade

existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe. (BRASIL, 2000, p. 5)

Conforme nos apontam as Diretrizes, percebemos que o processo de ensino e aprendizagem não se limita simplesmente ao trabalho com conteúdo, e sim, através de um trabalho articulado e enriquecido por metodologias e estratégias didático-pedagógicas variadas, que reconheçam o educando como o centro do processo de ensino-aprendizagem.

Quando mencionamos educação para todos fazemos referência ao direito do cidadão ter acesso e permanência a educação escolar, mas, o sistema de ensino deve adequar-se estruturalmente quanto pedagogicamente para atender às novas demandas de ensino. Consoante a essa lição, Carvalho aduz que: “Para remover barreiras para a aprendizagem é preciso sacudir as estruturas tradicionais sobre as quais nossa escola está assentada” (2007, p.68). O professor necessita ser um profissional pesquisador, reflexivo e inovador para atender a demanda de ensino.

A inclusão não se resume em uma adequação ou normatização de se adequar alunos privilegiados em uma instituição escolar, mas, é um espaço democrático e solidário onde adota o todo, não somente os rotulados como normais, assim como todo aquele que procura pelo ensino-aprendizagem.

2- O QUE DIZ A DOCENTE PARTICIPANTE DA PESQUISA?

A educação inclusiva a partir dos novos avanços e mudanças educacionais iniciou uma ação educativa mais efetiva com educando que apresenta deficiência intelectual, dentre outras, inspirou-se no princípio de integração e no reconhecimento das necessidades da escola para todos, respeitando suas diferenças, promovendo aprendizagem conforme as necessidades de cada aprendiz.

Diante dessa concepção, a política de educação inclusiva se propõe a criar condições e disponibilizar recursos para que os sistemas de ensino estaduais e municipais garantam a todas as crianças o acesso ao ensino regular de qualidade. Porém, a realidade escolar é bem diferente, o progresso em direção a uma escola inclusiva, ainda é muito lento, já que, falta muito para as instituições públicas se adequarem ao contexto inclusivo. Existem escolas que não estão preparadas por não disponibilizarem de espaços acessíveis, recursos e metodologias

que efetivamente respondam às especificidades e necessidades do educando.

Dito isso, vejamos as amostras e análises dos resultados coletados em uma escola municipal, localizada no município de Marcelino Vieira, R/N. Feita essas ressalvas, seguindo o termo, codificamos o sujeito da seguinte forma: Magnólia. A escolha desse sujeito justifica-se por seu trabalho realizado na instituição de ensino *lócus* da pesquisa (Escola Municipal Raquel Silva) e, por sua ação nas atividades desenvolvidas no atendimento de uma criança com deficiência intelectual.

Neste tópico, buscaremos refletir sobre o conhecimento docente e a Prática Pedagógica inclusiva, propondo favorecer para uma edificação de uma educação qualificada. Dessa forma, buscaremos valorizar todos os momentos descritos pela docente para o desenvolvimento da nossa pesquisa e a autenticidade dos fatos.

Em primeira instância mencionamos o seguinte questionamento, com a efetivação da Declaração de Salamanca em junho de 1994, o Brasil se comprometeu a transformar os sistemas de educação em modalidade educacional inclusiva. Isso tem se concretizado na nossa prática. A respeito dessa indagação a professora ressalta que:

Mediante a escola de ensino regular que tenho conhecimentos, são pouquíssimas as escolas que apresentam condições de oferecer educação de qualidade na modalidade de educação inclusiva, pois não oferece condições especializadas nem qualificação. (MAGNÓLIA, 2016)

De acordo com a educadora, a maioria das instituições de ensino regular, ainda, não oferecem uma educação numa perspectiva inclusiva, pelo fato da ausência de profissionais especializados ou qualificados para atenderem a diversidade do público de sala regular. Dessa forma, o educando com deficiência intelectual, ainda, se encontra em processo de integração, uma vez que as maiorias das escolas públicas não se encontram adequadas pedagogicamente para atender às necessidades de aprendizagem desse público.

Diante dessa concepção, Carvalho (2007, p.77) ressalta que “uma escola de boa qualidade para todos, uma escola inclusiva, precisa estar preparada para receber e incluir todos na apropriação e construção do conhecimento”. Portanto, uma instituição meramente inclusiva, é aquela que atende às necessidades de aprendizagens de uma sala heterogênea, inclusive, ao público que depende de uma educação especializada para a assimilação de um conhecimento mais significativo.

Ao questionar a educadora sobre a necessidade de uma formação e capacitação dos professores para um melhor resultado de aprendizagem e para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, tivemos os seguintes apontamentos:

A educação inclusiva deve ser tratada com muita atenção com pessoas que tenha conhecimento e qualificação específica para cada necessidade especial, assim, tanto teremos o desempenho do aluno especial, como de toda a turma regular. Mas, Infelizmente, a escola na qual trabalho, não tem profissionais qualificados, o que dificulta um pouco a aprendizagem do aluno que necessita de uma educação especializada, porém, ele é aceito e entendido por todos a sua volta, desde os discentes aos docentes. (MAGNÓLIA, 2016)

Em consonância a visão da professora, para consolidar uma educação inclusiva, torna-se necessário a presença de profissionais qualificados para que aconteça um ensino e aprendizagem mais produtiva. Portanto, a ausência desse profissional acarreta um acompanhamento vago sem integração específica ao deficiente intelectual, deste modo, isso ocasiona uma aprendizagem não significativa, devido a execução de uma prática pedagógica inadequada as necessidades de aprendizagens do educando.

Nessa circunstância, a escola pesquisada se enquadra dentre muitas instituições, as quais, não estão preparadas pedagogicamente para atender à modalidade de ensino inclusivo, apenas acontece a integração por parte do público matriculado, e não a adequação da instituição de ensino para responder as expectativas de aprendizagem do aprendiz.

Diante desse contexto, o aluno com DI, ainda, permanece no processo de integração com a práticas pedagógica e conteúdos trabalhados em sala regular, uma vez que a escola não oferece uma metodologia que atenda às necessidades de aprendizagem desse aluno. A respeito da capacitação dos docentes a Declaração de Salamanca explicita que:

A capacitação de professores especializados deverá ser reexaminada com vista a lhes permitir o trabalho em diferentes contextos e o desempenho de um papel chave nos programas relativos as necessidades educacionais especiais. Seu núcleo comum deve ser um método geral que abranja todos os tipos de deficiências, antes de se especializar numa ou várias categorias particulares de deficiência (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 38).

A formação dos educadores para atuar com os alunos especiais, vem sendo uma preocupação de estudo atualmente. Embora, não tenha constatado grandes avanços no decorrer dos últimos anos, já que o ponto central para consolidação de uma sala regular

inclusiva se encontra limitada, uma vez que a formação ou capacitação dos professores permanece ausente em muitas instituições públicas. É relevante que além da formação do educador da sala regular, aconteça uma capacitação do corpo pedagógico escolar, esse aparato educacional qualificado contribui de forma positiva para uma educação mais comprometida com a aprendizagem de alunos com deficiência.

Muitos educadores da sala regular consideram a educação inclusiva como segundo plano, a isso implica o fracasso escolar do aluno com deficiência intelectual sobre a inexistência de um profissional auto reflexivo e capacitado, sabendo ele que o primeiro profissional a se qualificar, para que aconteça uma aprendizagem significativa, delibera ao educador, já que este profissional é o centro influenciador para ampliação dos conhecimentos do público lecionado, inclusive, alunos com DI.

Dito isso, quando questionada a professora, sobre está preparada para receber e atender as necessidades de aprendizagem do aluno com Deficiência intelectual, obtivemos o seguinte resultado:

Não estou preparada, mesmo sabendo que é dever de todo profissional da educação saber lidar com qualquer tipo de deficiência, a educação inclusiva é uma área ainda pouca trabalhada na formação dos profissionais da educação. (MAGNÓLIA, 2016)

Conforme enfatiza Magnólia, a mesma não está preparada para lecionar alunos com DI, uma vez que a formação inicial proporcionou a inexistência de conhecimentos destinados ao trabalho com este aprendiz. Portanto, observa-se que além da formação inicial é necessário que os educadores procurem uma formação continuada, para lidar com os desafios educacionais presentes em uma sala heterogênea. Diante dessa concepção, Carvalho traça os seguintes esclarecimentos:

...alguns professores do ensino regular costumam afirmar que pouco ou nada podem fazer para a superação das dificuldades desses aprendizes. Consideram-se despreparados e desmotivados para enfrentar o desafio e, involuntariamente, somam à problemática dos alunos outros infortúnios, como limitar-lhes as oportunidades de aprendizagem, por considera-los como mentalmente retardados e, como tal, “clientela” para educação especial. (CARVALHO, 2007, p. 75)

A despreparação do professor, na maioria das vezes, impõe ao aluno a incapacidade de desenvolver intelectualmente, ocasionando o fracasso escolar desse público. Diante desse

contexto, é importante, que o educador se auto avalie e procure desenvolver metas favoráveis para a ampliação de conhecimentos do aprendiz. Isso não descarta os desafios que o mediador terá de enfrentar para proporcionar a aprendizagem.

Diante desse contexto, implica uma organização no planejamento das aulas e na prática pedagógica cotidiana do educador e mais afetividade com esse aluno, para que possa proporcionar um ensino que atenda às suas necessidades de aprendizagem. Porém, o número elevado de alunos da sala regular, muitas vezes, torna-se um empecilho para trabalhar com discente desse porte, uma vez que proporciona um impedimento de um contato mais frequente ao aluno que necessita de um tempo mais prolongado para desenvolver intelectualmente.

Para alcançarmos uma educação inclusiva é necessário romper com os fatores que interferem nesse processo. Dessa forma, quando Magnólia é mencionada sobre o que deve ser feito para que as crianças com deficiência intelectual tenham direito ao ensino público de qualidade, obtivemos os seguintes dados:

Seria primordial que uma sala de aula de ensino regular, contendo nela alunos com deficiência intelectual, o professor contasse com um auxiliar especializado na área de educação inclusiva. (MAGNÓLIA, 2016)

Cumprir verificar, diante do esclarecimento de Magnólia, que para o aprendiz com DI usufruir de um ensino qualificado, é necessário que haja profissionais especializados em educação especial. A docente expõe em seu discurso que um dos fatores principais para a contribuição do processo de inclusão na sala regular de ensino, é a presença de professores auxiliares capacitados em educação inclusiva. Observamos que, a professora pesquisada não despertou que a responsabilidade de executar uma prática inclusiva, tendo como ponto de partida sua prática pedagógica, isso torna clara a partir do momento que a docente aborda a necessidade de um auxiliar capacitado na área do ensino inclusivo. Diante dessa concepção:

Os professores que estão recebendo alunos com necessidades educacionais especiais em suas turmas, particularmente, faz-se necessária a formação em serviço. E, preventivamente, cumpre examinar a formação inicial de todos os professores, de modo a assumirem a perspectiva da educação para todos ao longo de toda a vida, conjugando-se qualidade com equidade. (CARVALHO, 2000, p.173-174)

Como ressalta Carvalho, é relevante que o educador de uma classe heterogênea, inclusive de alunos com deficiência intelectual, tenha uma capacitação ou habilitação

direcionada pelo próprio sistema pedagógico escolar. Uma vez que, as escolas precisam estar preparadas desde a estrutura física com acessibilidade, materiais adequados, e professores preparados para receber essas crianças; que seja ofertado cursos de capacitação para os professores, que as salas de aulas ofereçam condições para inserir esses alunos.

Diante da análise do questionário em que aborda dados relacionado a atual realidade da educação inclusiva, com ênfase na prática pedagógica de aluno com deficiência intelectual. Percebe-se que, a educação inclusiva, ainda, caminha lentamente, uma vez que muitas instituições públicas permanecem inadequadas pedagogicamente para incluir esse educando. Isso mostra que o aluno com DI é obrigado a se adequar a prática desenvolvida na sala regular de ensino, ou seja, as instituições de ensino constam não estarem integradas às necessidades de aprendizagem do aluno.

Consequentemente, não basta só matricular esses alunos na escola para que ocorra a inclusão, o processo perpassa de forma igual, respeitando suas limitações, entendendo que as mesmas são capazes de realizar atividades, desde que estejam de acordo com as suas necessidades e limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a uma escola em constante transformação, no que diz respeito à educação inclusiva, ainda não presente em muitas instituições públicas, já que o processo de inclusão caminha a passos lentos. Partindo dessa concepção, o objetivo desse trabalho direcionou na busca de mais conhecimentos e explicações para alguns questionamentos deparados pelo professor frente a uma prática inclusiva direcionada ao educando que apresenta deficiência intelectual. Uma vez que as experiências cotidianas, muitas vezes, não são suficientes para o progresso no ensino e aprendizagem desse público.

No decorrer desse trabalho obtivemos a oportunidade de reflexões teóricas sobre a prática inclusiva de qualidade, e o desafio do professor frente à nova modalidade de ensino, educação inclusiva, pertinente ao educando diagnosticado com DI. Assim foi abordado vários conceitos relevantes, os quais, oportuniza a busca de uma educação que favoreça a diversidade composta por uma sala de ensino regular.

A ênfase de abordar a inclusão está na necessidade de mostrar que somos diferentes, já que possuímos habilidades e limitações diferenciadas, assim como, assimilamos conhecimentos de maneira distinta, mas somos seres dotados de habilidades e uma potencialidade a ser desenvolvida.

Competindo ao educador a função de adotar esse desafio e proporcionar a inclusão do educando ao meio social, para que o sujeito seja digno dos direitos de cidadão, e possa viver de forma ativa em sociedade. A contribuição desse trabalho foi relevante, tanto pessoal quanto profissional, já que os harmonizou visões fundamentais para o desenvolvimento de uma prática pedagógica no que diz respeito a diversidade, com ênfase na inclusão de alunos com deficiência intelectual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior**. Brasília, maio 2000.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

CARVALHO, R.E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

COLL, César; MARRCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtorno de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MANTOAN M. T. E., **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. Scipione, 1989.